

IAOD do Deputado Chan Hao Weng em 28.04.2026

Estabilizar o emprego, aliviar as dificuldades da população e acelerar a concretização da diversificação económica para beneficiar os cidadãos

O Governo da RAEM tem-se empenhado em estabilizar a situação geral da sociedade e em promover a recuperação gradual da economia de Macau, registando-se uma evolução estável e positiva dos dados macroeconómicos globais. Mas não se pode negar que os cidadãos das camadas mais desfavorecidas ainda não foram beneficiados por essa melhoria. As preocupações com o emprego persistem, as despesas diárias continuam a aumentar e há um desfasamento evidente entre a situação real da população e os dados estatísticos oficiais.

Segundo os dados divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), em 2025, a taxa de desemprego em Macau foi de 1,9 por cento e a taxa de subemprego de 1,5 por cento, indicadores aparentemente estáveis. Mas um inquérito realizado pela Associação de Gestão de Macau revela que a taxa de subutilização do trabalho atinge 8 por cento, enquanto a proporção de emprego a tempo inteiro é de apenas cerca de 60 por cento, uma discrepância muito acentuada entre ambos os valores.

A razão não está clara, mas sabemos que, em Macau, o problema não é a falta de trabalho, mas, sim, de empregos de qualidade, com remuneração justa, condições estáveis e perspectivas de progressão. A raiz do problema reside no excesso de trabalhadores não residentes, na excessiva dependência da estrutura económica de um único sector e na lentidão do processo de diversificação adequada da economia, o que limita as opções de emprego disponíveis para os trabalhadores locais.

Actualmente, Macau está a envidar todos os esforços para promover o desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia, a construção da extensão do metro ligeiro e a construção da Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, entre outros grandes investimentos e projectos “industriais”, mas temos exigir claramente o seguinte: em todas as grandes infra-estruturas e projectos “industriais” liderados pelo Governo e financiados por Macau, é necessário concretizar o princípio da preferência de contratação de trabalhadores locais, com prioridade no acesso ao emprego, na formação e na promoção, assegurando deste modo que os frutos do desenvolvimento económico sejam prioritariamente distribuídos aos residentes de Macau, evitando assim o surgimento de situações em que os projectos são muitos, mas reduzido o número de postos de trabalho que beneficiam os trabalhadores locais.

Mais, os encargos que a população está a assumir são cada vez mais “pesados”. Como todos sabem, os preços do petróleo são rápidos a aumentar mas lentos a diminuir, ou seja, quando o preço do petróleo sobe no mercado internacional, o preço local aumenta logo, mas, quando o preço do petróleo sofre uma queda, o preço local não tem logo uma redução, o que resulta directamente no aumento dos custos dos transportes, da restauração e da logística. Todas as pressões acabam por ser assumidas pela população das camadas de base, o que “tira” a sua vontade de consumo, causando arrastamento na recuperação da procura interna.

O Governo implementou recentemente o “Grande Prémio para o Consumo nas Zonas Comunitárias 2026”, mas as formalidades são complicadas e os prémios são divididos em partes iguais pelos TNR e, mais, a taxa de sucesso através do sorteio não é elevada, bem como são insuficientes os esforços aplicados para a população obter benefícios, por isso, tanto para as PME como para as famílias das camadas sociais mais baixas, o apoio proveniente do referido plano não é grande.

Com vista a recuperar a economia, o primeiro passo a dar é estabilizar o emprego e os rendimentos, e tranquilizar a população. Assim, apresento as seguintes quatro sugestões:

Primeiro, acelerar a implementação de novas indústrias, dando prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego e na formação em todos os grandes projectos;

Segundo, reforçar a fiscalização do preço dos combustíveis e criar um mecanismo transparente de fixação dos preços, evitando o aumento rápido e a redução lenta;

Terceiro, otimizar as medidas de incentivo ao consumo e do bem-estar da população, cancelando os sorteios para a atribuição directa de benefícios;

Quarto, empenhar-se no desenvolvimento da economia nocturna, dinamizando o ambiente do mercado e a procura interna local.

As taxas de desemprego de 1,9 por cento e de subemprego de 1,5 por cento são apenas dados superficiais, porque a taxa registada de 8 por cento de pessoas inactivas é a que reflecte melhor a verdadeira situação socioeconómica.

O problema actual em Macau não é a falta de emprego, mas a falta de bons empregos.

Os rendimentos dos residentes não conseguem acompanhar o aumento dos preços.

Solicito ao Governo que ouça as opiniões das camadas sociais mais baixas, enfrente a realidade social e implemente efectivamente políticas de beneficiação pública e de prioridade no emprego para os residentes locais, de modo que os frutos do desenvolvimento económico beneficiem verdadeiramente todos os cidadãos de Macau.